

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PORTAL TRANSPARÊNCIA
DESPESAS POR AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ABRIL/2014

Em R\$

Descrição da Ação	Autorizado	Empenhados	Liquidados	Pagos
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)
ATIVIDADES				
DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	67.780.000,00	6.817.901,44	4.482.092,39	4.482.092,39
PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO	297.933.216,00	-	25.923.155,87	25.923.155,87
COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	900.000,00	2.222,62	45.121,36	45.121,36
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES, EMPREGADOS E DEPENDENTES	9.265.932,00	-	750.350,72	750.350,72
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A SERVIDORES, EMPREGADOS E DEPENDENTES - EXAME PERIÓDICO	169.104,00	-	-	-
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	15.596.580,00	-	1.491.589,82	1.491.589,82
AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	78.864,00	-	5.075,42	5.075,42
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3.060.000,00	-	271.413,00	271.413,00
AUXÍLIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	276.669,00	-	3.895,22	3.895,22
PROJETOS				
CONSTRUÇÃO DA PROMOTORIA DE BRAZLÂNDIA	10.100.000,00	-	-	-
CONSTRUÇÃO DA PROMOTORIA DE SÃO SEBASTIÃO	1.000.000,00	-	-	-
AMPLIAÇÃO DA PROMOTORIA DE TAGUATINGA	4.000.000,00	-	-	-
CONSTRUÇÃO DA PROMOTORIA DO RECANTO DAS EMAS	2.100.000,00	-	-	-
REFORMA DA 1ª ETAPA DO ED. SEDE DO MPDFT	1.500.000,00	-	-	-
OPERAÇÕES ESPECIAIS				
PESSOAL INATIVO	54.218.335,00	-	4.521.204,34	4.521.204,34
REGIME DE PREVIDÊNCIA	56.483.656,00	-	4.817.774,08	4.817.774,08
Total	524.462.356,00	6.820.124,06	42.307.777,00	42.307.777,00

Fonte: SIAFI

Data da Última Atualização: 08/05/2013

(a) – **Descrição das ações:** Descrição das ações orçamentárias (atividades, projetos e operações especiais) conforme consta na lei orçamentária.

(b) – **Autorizado:** Valores da lei orçamentária adicionados ou reduzidos de eventuais créditos adicionais.

(c) – **Empenhados:** Valor total de empenhos realizados no mês.

(d) – **Liquidados:** Total de valores liquidados no mês.

(e) – **Pagos:** Total de valores pagos no mês.

FUNDAMENTO LEGAL: Resolução CNMP nº 86/2012, art. 5º, inciso I, alínea “c”.